

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

WILLIAMS ARAUJO

**O ENGENHEIRO NEGRO: A LUTA DE ANDRÉ REBOUÇAS NA
CAUSA ABOLICIONISTA (DÉCADAS DE 1870-1880)**

**SÃO PAULO
2021**

WILLIAMS ARAUJO

**O ENGENHEIRO NEGRO: A LUTA DE ANDRÉ REBOUÇAS NA CAUSA
ABOLICIONISTA (DÉCADA DE 1870)**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como exigência parcial para obtenção do título de Licenciatura em História.

Orientador: Profº Drº Alberto Luiz Schneider

São Paulo

2021

RESUMO

Este artigo tem como objetivo abordar o movimento abolicionista no Brasil durante as décadas de 1870 e 1880. A luta do engenheiro negro André Rebouças é destacada como fundamental ao movimento. O artigo demonstra a importância do contexto internacional para a construção de uma retórica abolicionista brasileira. É possível identificar os diferentes estilos de ativismo das lideranças abolicionistas que, em certa medida, pertenciam a uma elite letrada do império. O artigo salienta que o governo de Rio Branco representou, parcialmente, às demandas abolicionistas, fundamentalmente, na aprovação da Lei do Ventre Livre em 1871. Por fim é abordada a atuação do negro André Rebouças e José do Patrocínio. Cada um a seu estilo de ativismo, foi fundamental ao movimento abolicionista brasileiro.

Palavras-chave: André Rebouças; Segundo Reinado; Abolicionismo; Escravidão

ABSTRACT

This article aims to address the abolitionist movement in Brazil during the 1870s and 1880s. The struggle of black engineer André Rebouças is highlighted as fundamental to the movement. The article demonstrates the importance of the international context for the construction of a Brazilian abolitionist rhetoric. It is possible to identify the different styles of activism of the abolitionist leaders who, to some extent, belonged to a literate elite of the empire. The article emphasizes that the government of Rio Branco partially represented the abolitionist demands, fundamentally, in the approval of the Free Womb law in 1871. Finally, the performance of black André Rebouças and José do Patrocínio is addressed. Each one, in their own style of activism, was fundamental to the Brazilian abolitionist movement.

Keywords: André Rebouças; Second Reign; Abolitionism; Slavery

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	06
1 O MOVIMENTO ABOLICIONISTA NAS DÉCADAS DE 1860 E 1870.....	06
1.1 Do contexto internacional.....	07
1.2 Associações abolicionistas.....	07
2 O GOVERNO DE RIO BRANCO E O VENTRE LIVRE.....	12
3 ANDRÉ REBOUÇAS E O ABOLICIONISMO	
3.1 O ativismo de André Rebouças.....	14
3.2 José do Patrocínio e a Gazeta da Tarde.....	18
3.3 A Confederação Abolicionista.....	20
4 CONCLUSÃO.....	22
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	23

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo abordar o movimento abolicionista no Brasil durante as décadas de 1870 e 1880. A luta do engenheiro negro André Rebouças é destacada como fundamental ao movimento. O artigo demonstra a importância do contexto internacional para a construção de uma retórica abolicionista brasileira. É possível identificar os diferentes estilos de ativismo das lideranças abolicionistas que, em certa medida, pertenciam a uma elite letrada do império. O artigo salienta que o governo de Rio Branco representou, parcialmente, às demandas abolicionistas, fundamentalmente, na aprovação da Lei do Ventre Livre em 1871. Por fim é abordada a atuação do negro André Rebouças e José do Patrocínio. Cada um a seu estilo de ativismo, foi fundamental ao movimento abolicionista brasileiro.

1 O MOVIMENTO ABOLICIONISTA NAS DÉCADAS DE 1860 E 1870

O movimento abolicionista no império é composto por diferentes personagens, oriundos de diferentes regiões e pertencentes a diferentes classes sociais. Cada um deles foi elementar para o sucesso do movimento. Assim como em um organismo cada órgão desempenha seu papel, no movimento abolicionista brasileiro, cada protagonista teve sua importância. Em seu livro “Flores, votos e balas”, Angela Alonso, demonstra a dificuldade da difusão de ideias abolicionistas na sociedade da época, haja vista, a conjuntura política, social e econômica vigentes. Entretanto, alguns fatores sugerem uma resposta ao questionamento sobre o crescimento dos movimentos abolicionistas no Brasil, a partir do século XIX.

Um dos fatores destacados pela autora foi o ciclo de abolições no cenário internacional.

Em 1807, o Império Britânico e os Estados Unidos acabaram com o tráfico em seus domínios. Em 1815, um congresso em Viena, com a participação de Grã-Bretanha, França, Rússia, Áustria, Suécia e Portugal, declarou ilegal o comércio internacional de escravos. A maioria das colônias espanholas da América fez, no início do século XIX, um dois em um: independência e abolição. Ao longo dos anos

[Digite aqui]

1820, o cativo acabou no Peru, Chile, Costa Rica, Honduras, Panamá, Guatemala, Bolívia e México. Na década seguinte foi a vez da Guiana Inglesa e das ilhas Maurício. (ALONSO, 2015, p.27)

A partir da segunda metade do século XIX, escravidão e servidão também não eram mais praticadas no Havaí, Argentina, Moldávia, Índia e Rússia, além das colônias bávaras e portuguesas ¹.

Ventos abolicionistas se aproximavam do império brasileiro, inicialmente como uma suave brisa de verão, mas, haveriam de tornar-se um incontável furacão que só encontraria descanso na Áurea de 13 de maio.

1.1 Do contexto internacional

O Brasil possuía uma elite culta que se atualizava acerca dos acontecimentos na Europa por meio de livros, viagens, jornais e visitas de estrangeiros. Tais informações serviam de base para construção de repertórios e discussões políticas no cenário brasileiro. Com a questão abolicionista não foi diferente, decisões políticas favoráveis à abolição foram tomadas na Inglaterra, França, Portugal e Holanda, entretanto tais experiências não serviam como parâmetro para o contexto brasileiro, visto que nenhuma das nações supracitadas foi colônia no mesmo período que o Brasil. Todavia, Estados Unidos e Cuba, à guisa do Brasil, sustentaram economias escravistas no continente americano durante o século XIX, portanto tornaram-se nossos principais referenciais. O que acontecia em um deles, era sentido no Brasil. Em 1861 a escravidão foi o pivô para o início de uma guerra civil nos Estados Unidos, que em 1865, proibiu a escravidão por meio da assinatura da 13ª emenda à constituição estadunidense. Cubanos e porto-riquenhos fundaram a Sociedade Abolicionista Espanhola, o que motivou o governo de Madrid a abrir o debate acerca da legislação antiescravista ². (ALONSO, 2015, p.31)

De acordo com Angela Alonso: “Esse passado serviu para pensar o futuro brasileiro em livros, artigos e propostas de lei no Brasil, que proliferaram a partir dos anos de 1860”. (ALONSO, 2015, p.32)

1.2 Associações abolicionistas

Foram fundadas quase trezentas associações abolicionistas entre os anos de 1878 e 1888 ³ (ALONSO, 2015, p.429), muitas delas contaram com direta influência internacional, como é o caso da Sociedade contra o Tráfico de Africanos e Promotora da Colonização e da Civilização dos Índios (SCT), composta de 215 sócios, entre eles Abílio Borges (1824-1891), médico de formação, educador-modelo e fundador de um colégio para órfãos em Salvador. A SCT estava diretamente relacionada à British and Foreign Anti-Slavery Society, promoveram *meetings* que se baseavam no modelo das reuniões públicas inglesas.

O protagonismo de Abílio Borges foi salutar.

Cosmopolita, conectou-se à rede abolicionista transnacional. Numa de suas viagens à Europa, em 1860, tornou-se membro da British and Foreign Anti-Slavery de Londres e estreitou laços com a Sociedade Francesa pela Abolição da Escravidão [...]. Borges pertencia à aristocracia imperial, com acesso à família imperial, mas apostou no vexame externo como meio de levar a questão à pauta. De suas alianças na Europa nasceu uma petição emancipacionista assinada por políticos franceses eminentes, admirados nos meios brasileiros, que, intermediada pelo Ministério de Assuntos Estrangeiros da França, chegou ao imperador em julho de 1866. (ALONSO, 2015, p.35)

A reputação do Brasil na Europa estava manchada pelo escravismo, diante do constrangimento, d. Pedro afirmara que a questão era difícil e que dependeria de “forma e oportunidade”. Apesar da grande extensão territorial brasileira, a economia era baseada no escravismo, tal realidade era prejudicial para o desenvolvimento de outras áreas da economia e a exploração de outras profissões. Sobre a simplicidade da estrutura ocupacional brasileira da época, José Murilo de Carvalho afirma que

A economia agrário-exportadora-escravista propiciava um sistema bastante simplificado de divisão do trabalho, em que não só as alternativas ocupacionais eram poucas como também insuficientes para, isoladamente, permitir a sobrevivência econômica dos indivíduos. (JOSÉ MURILO DE CARVALHO, 2017, p.95)

O ciclo de abolições no cenário internacional foi oportuno para os movimentos abolicionistas brasileiros.

Em 1866, durante a guerra do Paraguai, o Brasil foi alvo de críticas do semanário paraguaio, que afirmava que o império liderava a guerra com pés de barro, o único país escravista entre os integrantes do conflito ⁴ . (ALONSON, 2015 p.36)

O conservador José Antônio Pimenta Bueno (1803-1878), o marquês de São Vicente, à luz da legislação antiescravista da América inglesa e espanhola, preparou projetos de abolição gradual cuja base era o programa da SCT, o ventre livre. O jornal *Opinião Liberal*, defendeu o fim do escravismo ⁵ . (ALONSO, 2015, p.36).

Em setembro de 1869 foi fundada a Sociedade Libertadora 7 de Setembro, composta por 512 sócios, liderados por Abílio Borges. A sociedade foi responsável por possibilitar a veiculação do jornal *O Abolicionista*, que trazia em seu conteúdo a experiência internacional do abolicionismo, tendo como foco Cuba e Porto Rico ⁶ . (ALONSO, 2015, p.40) Os movimentos abolicionistas cresciam e alcançavam um enorme número de pessoas através da veiculação de periódicos, jornais e eventos. O cenário internacional foi amplamente abordado e certamente foi elementar para o gradual crescimento do pensamento abolicionista.

Esse cenário internacional sugeria uma nova moralidade que, inclusive, fora objeto de argumentação de Nabuco Araújo nas sessões parlamentares em abril de 1867: “Está abolida a escravidão em todo o mundo cristão. Só resta no Brasil e na Espanha”, haja vista que a Espanha dava largos passos em direção ao ventre livre e a libertação dos idosos⁷ . (ALONSO, 2015, p.37)

Dentro dessa influência internacional os Estados Unidos ocupava um papel central, os movimentos abolicionistas norte-americanos, ganharam impressionante relevância nos círculos religiosos. As igrejas protestantes eram as principais agentes de divulgação do pensamento antiescravista. Todavia, no Brasil a situação era diferente. A igreja católica estava associada ao Estado, fazendo dos sacerdotes católicos “funcionários públicos” que não possuíam independência para criticar a escravidão. José Murilo de Carvalho registra

Os padres do Império eram funcionários da Igreja e do Estado. Essa dubiedade os colocava em situação especial, reforçada ainda pelo

[Digite aqui]

tipo de educação que recebiam, distinto do da sociedade civil, e que refletia em seu comportamento político. (JOSÉ MURILO DE CARVALHO, 2017, p.99)

Tal condição impeliu os abolicionistas brasileiros a adotarem medidas distintas, a fim de divulgarem suas ideias ⁸ . (ALONSO, 2015 p. 40).

Dentre essas medidas, estava a arte

O abolicionismo achou seu palco no espaço público e laico dos teatros. Essa localização da propaganda a infundiu de artes, que abocanhariam o quinhão que no abolicionismo anglo-americano coubera à religião. As cerimônias cívicas de Abílio Borges seriam rituais de dramatização da escravidão e apelo aos sentimentos, conclamando a abolição como nova Independência. Nelas, 191 títulos de alforria foram concedidos de 1869 a 1871. Definiu-se aí um estilo de ativismo ancorado na díade associativismo/cerimônias cívicas, o estilo Borges de ativismo. (ALONSO, 2015, p.43)

O estilo Borges de ativismo, captava adeptos de uma camada social distinta. Alberto Luiz Schneider afirma que

A militância abolicionista dava-se sobretudo entre os grupos médios da população urbana do Rio de Janeiro e de outros centros urbanos, formada ao menos em parte por leitores de jornais e romances, frequentadores de teatro, precisamente o público dos escritores brasileiros da época. (SCHNEIDER, 2018, p.468)

Tendo em vista o público atingido pelo ativismo da ocasião, Angela Alonso o nomeou de “abolicionismo de elite” (ALONSO, 2015, p.23).

As ações do movimento abolicionista ultrapassaram barreiras impostas pela conjuntura social e política da época. Intelectuais do período tiveram de atuar por diferentes flancos, de acordo com Alberto Luiz Schneider:

Os escritores e intelectuais dessa geração, por diferentes flancos, tenderam a confrontar os três pilares que sustentavam o Império: nas letras questionaram o indianismo romântico; nos

costumes, o catolicismo hierárquico e o corte aristocrático; na estrutura produtiva, houve quem atacasse o latifúndio agroexportador e escravocrata. [...] Declinava o discurso católico hierarquizado simbolizado nas instituições monárquicas e ascendiam doutrinas modernizadoras, próprios de um discurso laico [...]. (SCHNEIDER, 2018, p.454-456)

Tais *doutrinas modernizadoras* incluíam o tema da abolição em seu bojo. Abílio Borges foi um articulador fundamental, suas ideias foram transmitidas aos jovens e circulava, fundamentalmente, nos meios urbanos da sociedade.

Em seu jornal *O Abolicionista* tornou-se notável os escritos do baiano Antônio Frederico de Castro Alves, cunhado como “Poeta dos Escravos”. Em seus textos, Castro Alves brilhou em conciliar ideias abolicionistas com poesia. O poeta romântico de terceira geração estava plenamente consciente da situação ultrajante vivida pelos escravizados na Bahia, principalmente. A doutora em educação Magda Maria Pereira, afirma em seu artigo “Da eloquência condoreira à luta abolicionista na poesia de Castro Alves”

A linguagem usada por Castro Alves para defender ideais liberais acentuava na pontuação, as hipérboles, antíteses, apóstrofes, metáforas além de espaços geográficos como mar, céu, o infinito, o deserto, dentre outros. A poesia social de Castro Alves caracterizada pelos temas abolicionistas e de libertação dos povos; incorpora o negro de forma definitiva na literatura apresentando-o como herói e como um ser dignificado e humanizado: amoroso, ativo, sofredor, esperançoso, oprimido e lutador. Permite-se usar uma poesia própria, retórica e discursiva na segunda pessoa e um verbalismo irrefutável. Considerado por sua magnificência o Poeta dos Escravos, cuja poesia chamada de condoreira, influenciada pelo francês Victor Hugo. (PEREIRA, 2009, p.168)

Além de Abílio Borges e Castro Alves, outros nomes estão inseridos no rol de lideranças e ativistas dos movimentos abolicionistas no Brasil: Luiz Gama (1830-1882), José do Patrocínio (1853-1905), Joaquim Nabuco (1849-1910) e André Rebouças (1838-1898) são alguns deles. Sociedades, clubes e associações

antiescravistas estavam espalhadas por todo o país, demonstrando a grande adesão popular pela libertação dos cativos.

O partido Liberal teve grande protagonismo na representação e defesa das pautas favoráveis à liberdade dos escravizados.

2 O GOVERNO DE RIO BRANCO E O VENTRE LIVRE

Os abolicionistas brasileiros passaram a ser melhor representados no governo do conservador José Maria da Silva Paranhos, o visconde do Rio Branco que se iniciou em março de 1871. Rio Branco, que “converteu-se” ao abolicionismo depois de sua convivência com os povos vizinhos nas imediações do Prata, afirmou que “a permanência desta instituição [a escravidão] odiosa no Brasil nos vexava e nos humilhava ante o estrangeiro” (ALONSO, 2015, p.54), de acordo com José Murilo de Carvalho no clássico *A construção da ordem: teatro de sombras*, Rio Branco argumentava, citando opiniões de Alexis Tocqueville, que a abolição deveria ser imediata com indenização, opondo-se a libertação gradual. (JOSÉ MURILO DE CARVALHO, 2017, p. 307)

Rio Branco levou à câmara em maio de 1871 um projeto de lei composto de dez artigos, o chefe do gabinete condensou-os em pontos-chave ao plenário.

O primeiro e principal previa, como a Lei Moret espanhola, liberdade do ventre com *aprendizagem*, isto é, o filho de escrava nascido a partir de 1871 ficaria até os oito anos sob a guarda do proprietário, que, então, optaria por entregá-lo ao Estado, mediante indenização, ou usufruir de seu trabalho compulsório até os 21 anos. Além disso abriam-se três possibilidades de libertação. Uma pelo pecúlio, o direito do escravo poupar para comprar sua alforria - sem autorização de seu senhor. Outra era o direito de redenção, compra da liberdade por terceiros - o que associações abolicionistas já faziam. A terceira era um Fundo de Emancipação, alimentado por loterias e impostos para compra anual de manumissões, com sorteio dos favorecidos. (ALONSO, 2015, p.56)

A escravidão era o “cancro que corroía a sociedade”, segundo José Murilo de Carvalho, “em nenhum outro tema, ficou mais clara a oposição entre as motivações

e os interesses do pólo burocrático poder” (MURILO, 2017, p.293), a escravidão possuía uma importância *sui generis* para a economia do império, sobretudo para a grande lavoura.

Iniciou-se forte discordância às propostas levantadas por Rio Branco, principalmente àquela que dizia respeito ao Ventre Livre. Os deputados Paulino Soares de Souza (1834-1901) e José de Alencar (1829-1877), ambos do partido conservador, representaram grande oposição e levantaram muitas objeções. Paulino, valeu-se do senso comum, Angela Alonso afirma: “A escravidão tinha a seu favor a longevidade como forma naturalizada de desigualdade. Fenômeno do reino das coisas dadas, tidas e havidas, inscritas no cotidiano e na paisagem”. (ALONSO, 2015, p.57) Alencar, notável escritor romancista e autor da trilogia indianista *O Guarani* (1857), *Iracema* (1865) e *Ubirajara* (1874), deixava claro seu posicionamento contrário às medidas abolicionistas no teor de suas obras, como na peça *O demônio familiar* e em suas *Cartas de Erasmo* ao imperador.

Basicamente, a retórica antiabolicionista se baseava na ocasião, entendia-se que promover a abolição seria prejudicial ao Império naquele momento. Em suma, defendia-se no Brasil o que Angela Alonso chamou de escravismo de circunstância:

Na Câmara e no Senado, em 1871, avançou-se por essa vereda: a defesa não da escravidão, mas da situação escravista. Homens de bem, cristãos e civilizados, forçados por imperativos econômicos e políticos, defendiam *apenas* o adiamento de medidas abolicionistas. “Ninguém” - discursou Paulino - “sustenta aqui a perpetuidade da escravidão (Apoiados). [...] Neste século das luzes para homens que professam a lei do Evangelho a causa da escravidão está julgada e para sempre!” Contudo, o princípio precisava se amoldar a circunstância [...]. (ALONSO, 2015, p.60)

A retórica do escravismo de circunstância afirmava que o resultado do Ventre Livre seria, a guisa dos Estados Unidos, uma guerra civil.

Em articulação, para aprovar as medidas propostas, Rio Branco, oportunamente, valeu-se da diferença de utilização da mão de obra escravizada em território nacional. De acordo com o censo de 1872, 33,7% dos escravizados estavam nas províncias do norte contra as quatro províncias cafeeicultoras que somavam 59% e [Digite aqui]

7,3% das demais províncias do sul. No norte, em grande medida, a escravidão já era bastante reduzida.

Embora não se pudesse dizer que havia uma tendência abolicionista em todo o norte, algumas províncias já contavam com uma população escrava muito reduzida e mesmo as que dependiam mais da escravidão, como Bahia, Pernambuco e Maranhão, não pareciam considerá-la tão crucial para seus interesses, pelo menos na visão de seus representantes. (JOSÉ MURILO DE CARVALHO, 2017, p.314-315)

A escravidão ia sendo gradualmente abolida por meio da aprovação da lei do Ventre Livre em setembro de 1871, que representou uma vitória para o movimento abolicionista e todos os seus articuladores, contudo, tendo sua efetividade parcialmente questionada, “muitas previsões escravistas nunca se concretizaram”. (ALONSO, 2015, p.82)

3 ANDRÉ REBOUÇAS E O ABOLICIONISMO

As figuras de Joaquim Nabuco, Abílio Borges e Castro Alves são marcantes no movimento abolicionista brasileiro. Usando suas vocações e influência a serviço da causa antiescravista, adentraram uma peleja sem a certeza de vitória, mas com a convicção do impacto que causariam. Demonstraram zelo e coragem na luta contra a tirania escravocrata e não titubearam ante oposição escravagista.

Entretanto, o nome de André Rebouças, por vezes, está mais associado à engenharia civil, ao ideal de progresso e ao liberalismo. Rebouças, contribuiu, consideravelmente para o desenvolvimento urbano e infraestrutura do Brasil em várias empreitadas. Luciana Rumão, em sua tese de mestrado “Memória e Esquecimento: André Rebouças para o movimento negro brasileiro”, afirma que

As obras de Rebouças mostravam o homem visionário que era em sua época, pela persistência na construção de portos para que o Brasil se abrisse cada vez mais ao comércio exterior através da importação e exportação de produtos. As estradas interoceânicas entre Brasil e Bolívia, os parques florestais e o abastecimento de água na cidade do Rio de Janeiro, entre outras obras que

evidenciavam o ideal de progresso de Rebouças, são marcas de seu pensamento liberalista. (RUMÃO, 2014, p.39)

Maria Alice Rezende de Carvalho, em seu livro “O quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil”, demonstra o pensamento liberal do engenheiro ao elogiar as *American Granger*, as “granjearias”, em sua concepção elas eram “capazes de mudar a política agrícola dos EUA”. (MARIA ALICE REZENDE DE CARVALHO, 1998, p.56). Em seu livro Agricultura Nacional, o próprio Rebouças declara:

Diz-se que isso é uma nação na nação; deve dizer-se com mais propriedade que é a parte vital da nação; é a mais numerosa e a que achou em si mesma a força e a direção de que necessitava para progredir sem o vexame do feudalismo, que mudou de nome sem mudar de natureza e de instintos. (André Rebouças. *Agricultura nacional*, p.4. In. Maria Alice Rezende de Carvalho, 1998, p. 156)

Rebouças deixa claro que acreditava que a igualdade social haveria de vir da expansão da propriedade privada (RUMÃO, 2014, p.38).

Todavia, além de engenheiro e intelectual, Rebouças também foi um fervoroso militante da causa abolicionista, sendo, em parte, “injustiçado” pela pouca associação de seu nome à empreitada em favor da liberdade dos escravizados.

André Pinto Rebouças nasceu na cidade de Cachoeira na Bahia em Janeiro de 1838. Filho de Antônio Pereira Rebouças, monarquista convicto, filiado ao partido conservador, condecorado com o título de Cavaleiro Imperial da Ordem do Cruzeiro do Sul em 1824 e eleito deputado em 1845 (RUMÃO, 2014, p.45). Acerca de si, André Rebouças escreve:

O nome de André foi me dado em honra ao avô materno, o negociante André Pinto da Silveira, que idolatrava sua filha única, minha extremosa mãe, d. Carolina Pinto Rebouças, e que votava admiração ao patriótico heroísmo de meu bom pai. Meu avô gostava de repetir: ‘para que deram o nome de André a este pobre menino?! Tão doentinho! Vai ser um tolo e um mártir, como eu mesmo’. Porque o bom velho vivia crivado de parasitas; caloteado e roubado pelos senhores de engenho, aos pais havia emprestado dinheiro e

adiantado mercadorias e fornecimentos. (André Rebouças, diários e notas autobiográficas. In. Maria Rezende de Carvalho, 1998, p.61)

Em fevereiro de 1846, a família Rebouças se mudou da Bahia para o Rio de Janeiro. O jovem André frequentou alguns colégios na capital até ingressar na Escola Militar que posteriormente se tornou a Politécnica, no Largo de São Francisco. (RUMÃO, 2014, p.44)

Rebouças notabilizou-se por seu talento e competência. Entre as décadas de 1870 e 1880 compareceu a todas as festas e cerimônias da cidade do Rio de Janeiro, eventos frequentados por uma elite seleta, fina e aristocrática. Desde a década de 1850 desfrutava de uma amizade íntima da família imperial, outrossim alegava que tal amizade havia herdado de seu próprio pai, Antônio. (MARIA ALICE REZENDE DE CARVALHO, 1998, p.64)

Em carta endereçada a Taunay, Rebouças escreve

É indispensável que esses jacobinos fiquem sabendo que minha devoção a D. Pedro II não é neurose, nascida com a emoção saturnal de 15 de novembro de 1889. Que muito pelo contrário é uma amizade de 41 anos, desde 1850, desde menino de colégio, que é sentimento herdado de meu bom pai [que] acrescentava ultimamente: ‘André são os únicos amigos dos mulatos [...]’ “. (MARIA ALICE REZENDE DE CARVALHO, 1998, p.64)

De fato, o engenheiro tinha o imperador em alta conta, foi um notável monarquista e defensor da unidade do Império do Brasil. Rebouças tinha grande admiração pelo pai que lhe foi conselheiro e grande referência intelectual. Em suas notas autobiográficas dos tempos do exílio, Rebouças escreveu:

“Meu bom pai combatia sozinho na Bahia traficantes de escravos, os piratas classificados pela Lei de 7 de novembro de 1831, e os fabricantes de moeda falsa, de cobre, vulgarmente denominada *chanchan*. [...] O partido revolucionário, republicano, federalista e separatista odiava Antônio Pereira Rebouças, pela sua dedicação à unidade do Império, efetivamente comprovada em 1837 e 1838, pela sua enérgica reação contra a república do assassino Sabino... Conservadores e revolucionários mancomunaram-se para fraudar as

eleições e eliminar os votos de Antônio Pereira Rebouças [...].”
(André Rebouças, diários e notas autobiográficas, p.13. In. Maria Rezende de Carvalho, 1998, p.70)

Alexandro Dantas em seu livro “André Rebouças: Um engenheiro do Império” relata que André creditava ao pai o sucesso obtido como engenheiro, afirma que graças ao sacrifício do pai, até mesmo de bens materiais, teve êxito em sua ascensão profissional. Sua estadia de dois anos na Europa, custeada pelo pai, proporcionou aos irmãos André e Antônio (homônimo do pai) benesses significativas. (DANTAS, 2011, p.51) Infere-se uma herança paterna em sua luta contra o atraso, representado pelas “oligarquias” e “aristocracias”, e o fim dos mais diversos tipos de monopólios existentes no império. A empreitada de Rebouças pelo progresso, não teve apenas o liberalismo como mote, o exemplo do pai lhe foi fundamental. Em carta endereçada à Taunay, Rebouças revela

[...] Cada dia cresce minha gratidão pelo amor, pelo dever, pela dedicação até o sacrifício que ele empregou na minha educação. [...] Foi, no complemento da nossa educação na engenharia, mandando-nos à Europa que meu devotado pai levou até a mais alta abnegação o seu intento de assegurar-nos todos os elementos de progresso e prosperidade. Nessa especialidade de mandar completar a educação na Europa foi realmente admirável. Jamais saiu do Brasil e no entanto sustentou na Europa durante dois anos a dois irmão e a dois filhos. [...] (André Rebouças para Alfredo Taunay. In. Alexandro Dantas. André Rebouças: Um engenheiro do Império).

A presença negra no Império nas décadas de 1870 e 1880 não mais representava uma hegemônica massa de escravos, em grande medida, negros já eram livres e muitos deles, bem sucedidos socialmente, principalmente nos centros urbanos. Segundo Maria Alice Rezende de Carvalho, “No império brasileiro, a presença de negros e mulatos educados não chegava a ser uma raridade [...]” (M.A.R de CARVALHO, 1998, p.65). Mesmo com a constante presença de negros livres e educados, a diferença de tratamento por critério da cor da pele foi recorrente no Império. Entretanto a diferença não se dava mais pelo status da escravidão, e sim pela “raça” em razão da ciência da época. Acerca do fato, Alberto Luis Schneider afirma

[Digite aqui]

A desigualdade e a diferença não estavam mais no estatuto legal do escravo, mas sim, na “raça”. A desigualdade e a diferença não vinham mais da velha ordem escravocrata, mas da moderna ciência [...]. Na medida em que o escravismo declinava e se instaurava a igualdade jurídica, a penetração do ideário científico da raça [...] resguardado pela autoridade universalizante da ciência, repunha a desigualdade, que agora não mais se encontrava circunscrita à esfera da lei, mas inscrita no corpo e na “raça”, na “biologia” [...]. (SCHNEIDER, 2018, p.479-481)

André Rebouças não ficou incólume ao fenômeno racial, Alexandro Dantas afirma relata algumas das experiências com o racismo sofridas por Rebouças

[...] há uma série de referências, transcritas ao longo de seu Diário, que revelam manifestações de preconceito racial, como a resposta negativa do Governo em 1861 de custear-lhes, a ele e ao irmão, as despesas da viagem de estudos à Europa, como era regra para os melhores alunos recém-formados [...] Outro exemplo seria a menção ao valor do seu vencimento quando, em 1866, dirigiria as obras hidráulicas da Alfândega do Rio de Janeiro: mais baixo do que o engenheiro a quem substituíra, o inglês Charles Neate [...]. Vemos, ainda, alusões ao racismo norte-americano, quando de sua viagem a Nova York, em 1873, obrigando-o a hospedar-se em hotéis com condição de nunca almoçar no restaurante e sendo barrado na porta de Teatros (Diário, 9-6-1873) (DANTAS, 2011, p.45)

As dificuldades encontradas em sua trajetória profissional, eram em grande medida sofridas devido ao preconceito racial.

3.1 O ativismo de André Rebouças

Assim como é possível identificar um modelo de ativismo em Abílio Borges, Joaquim Nabuco, Luiz Gama e Castro Alves, Rebouças teve um estilo próprio de ativismo, que, rendeu muito resultado ao movimento abolicionista brasileiro.

Segundo Angela Alonso, Rebouças iniciou seu ativismo durante o terceiro gabinete do Liberal Zacarias de Góis em 1866. André Rebouças era caro a muitos personagens da elite imperial, tratava-se de um cavalheiro polido e influente: “fui, em

[Digite aqui]

1870 e 1871 o primeiro empresário do Rio de Janeiro”, lembraria Rebouças. Admirado até mesmo por alguns de seus antagonistas, como é o caso do antiabolicionista Joaquim José Rodrigues Torres, O Visconde de Itaboraí, que foi chefe do governo durante os anos de 1868 e 1870, Itaboraí muito o estimava e lhe chamava de “meu inglês” (FLORA e VERÍSSIMO, 1938). Rebouças, o engenheiro do império, nutriu boas relações no meio político e empresarial, foi daí que partiu seu ativismo em prol da causa abolicionista. Seu *modus operandi* envolvia exercer influência como empresário em favor da causa dos cativos. Sua vasta experiência com deliberações de obras públicas, lhe legou a percepção de que decisões legislativas fundamentais dependiam do núcleo do governo. O engenheiro se viu diante de uma dupla missão: popularizar a causa abolicionista e fazê-la prosperar no meio político. O lobby foi o meio adotado para viabilizar o abolicionismo, Angela Alonso afirma que

A experiência com obras viárias lhe ensinara que deliberações cruciais dependem do núcleo do governo que se pode pressionar, jamais ignorar. Seriam duas tarefas interligadas: persuadir a sociedade e fazer andar o Estado. Pôs-se a manejar sua extensa rede de relações interpessoais, tão crucial na sociedade de corte, para assoprar ao ouvido de autoridades e construir pontes entre o associativismo abolicionista e o governo. [...] Rebouças se plantou como articulador entre elite social, sociedade de corte e sistema político. (ALONSO, 2015, p.44)

Em abril de 1870, Rebouças idealizou uma Associação Central Protetora dos Emancipados que se dedicaria a emancipar escravos por meio de seguros de vida. Todavia o engenheiro percebeu as dificuldades existentes e que impediam o avanço do projeto, mesmo levando-o diretamente a Itaboraí. Em dezembro do mesmo ano, Rebouças, junto a toda a elite imperial, estava na estreia da ópera balé *O guarani* de Carlos Gomes, a ópera fora realizada em comemoração ao aniversário de D. Pedro II, Rebouças revela em carta endereçada a Joaquim Nabuco que não havia ninguém de sua cor na plateia. Entretanto, tal circunstância não o impediu de gozar da ópera e agir politicamente. André, astuciosamente, importunou a elite imperial em favor dos cativos. Angela Alonso registra:

[Digite aqui]

Loquaz e jeitoso, Rebouças terá falado com todos eles. Trafegando entre camarotes, corredores, antecâmaras do poder, não desistira do príncipe consorte e aliciava adeptos para sua associação emancipadora. Fez política e usufruiu do espetáculo. Tanto que, à saída estava de braços com Carlos Gomes, transformado desde esse dia em amigo fraterno. (ALONSO, 2015, p.49-50)

Tal episódio ilustra o lobby do ativista André Rebouças. Homem que poderia tão somente beneficiar-se de uma carreira promissora como engenheiro do império, mas usou sua influência e recursos em favor da causa dos cativos.

3.2 José do Patrocínio e a Gazeta da Tarde

Ainda na década de 1870, André Rebouças e José do Patrocínio se conheceram e tornaram-se amigos. Patrocínio também era negro, natural de Campos dos Goytacazes, tornara-se farmacêutico, o diploma de medicina lhe fora negado, um professor da faculdade o havia reprovado por razões veladas. Trabalhou como revisor de articulistas como Machado de Assis no jornal *Gazeta de Notícias*, posteriormente passou a escrever e expressar seu ativismo abolicionista em seus artigos. José do Patrocínio tornou-se proprietário do jornal *Gazeta da Tarde* e o colocou a serviço do abolicionismo. (ALONSO, 2015, p.114-122)

A *gazeta da tarde* do dia 14 de fevereiro de 1883, trouxe nota de repúdio ao *Fluminense* por permitir o anúncio da fuga de dois escravos da região de Paquetá. Na mesma edição, uma das colunas trazia o editorial do jornal francês do Rio de Janeiro, o *Le Messenger Du Brésil*. O editorial compara abolicionistas aos profissionais da medicina que “localizam o mal, e o circunscrevem a fim de cortá-lo de um só golpe”. O editorial apresentou crítica mordaz à medida que extinguiu as casas de comissão de escravos (local de comércio de escravos), afirmou que a medida tão somente fomentaria a clandestinidade na venda de cativos. De forma intrépida, o editorial, recomendou e comemorou a emancipação dos cativos, elogiando o imperador do Brasil que acolheu a ideia de promover a propaganda abolicionista (*Gazeta da Tarde*, 14/02/83).

Juntos, Rebouças e Patrocínio, promoveram eventos e peças teatrais a favor da causa abolicionista, entretanto uma das maiores facetas conquistadas havia de ser a *Confederação Abolicionista*.

3.3 A Confederação Abolicionista

Em novembro de 1882, Patrocínio viajou a Fortaleza, no Ceará. Na ocasião encontrou-se com membros de movimentos abolicionistas do nordeste em conferência da Sociedade Libertadora Cearense. Patrocínio, foi tratado como líder nacional e recebeu o título de Marechal Negro. A aproximação da Sociedade Libertadora Cearense foi o germe de uma importante aliança entre as associações abolicionistas no Brasil. Em viagens pela região, juntos, promoveram eventos e arrastaram multidões. Na ocasião, centenas de escravizados foram libertos nos muitos lugares por onde passaram. A escravidão haveria de ser oficialmente abolida na província do Ceará em 25 de março de 1884. (ALONSO, 2015, p.196-197)

Diante do inegável sucesso, fruto da união entre forças abolicionistas, surge em maio de 1883 a *Confederação Abolicionista*, integrada por quinze sociedades fundadoras. Naturais de Rio de Janeiro, Espírito Santo, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Sul. A sede da *Gazeta da Tarde* foi o local de nascimento da *Confederação Abolicionista*, em edição de 10 de Maio de 1883, uma das colunas registrou

Realizou-se ontem, às 6 horas da tarde, na sala da redação desta folha a reunião das diretorias das seguintes sociedades: Brasileira Contra a Escravidão, Emancipadora da Escola Militar, Libertadora Pernambucana da mesma escola, Clube dos Libertos de Niterói, Centro Abolicionista Ferreira de Menezes, Clube Bittencourt Sampaio, Sociedade Abolicionista Guttenberg, Caixa Libertadora José do Patrocínio, Caixa Libertadora Joaquim Nabuco e comissão do Oriente Brasileiro.

A reunião teve por fim organizar-se um centro abolicionista que ficou criado tendo por título, por proposta do nosso colega José do Patrocínio Confederação Abolicionista (*Gazeta da Tarde*, 10/05/83).

Em 11 de agosto de 1883, *Confederação* trouxe um manifesto extenso redigido com maestria demonstrando o absurdo da escravidão. O documento foi assinado por André Rebouças e outros representantes das associações abolicionistas. No texto há uma impecável argumentação que expõe os vícios e imoralidades do escravismo. Nele, Patrocínio apresenta dados que demonstram a ilegalidade verificada na prática escravista de indivíduos que chegaram ao Brasil em período posterior à determinação da lei de 1850, que proibia o tráfico de escravizados. Além dos dados apresentados, o autor do texto apela a uma moralidade esperada de uma sociedade cristã e, supostamente, defensora da liberdade. E finalmente, de forma retórica, questiona o que a sociedade deveria esperar dos filhos das escravas que foram beneficiados pela lei da liberdade do ventre

O que deve ele ao senhor de seus pais? Noções de moral? Ele foi criado na senzala. Noções de bondade? Negaram-lhe até o leite materno. Noções de civilização? Ele é analfabeto. Noções de sociologia? Ele encontra seus progenitores no eito, seviciados, famintos, como recompensa de haverem formado o patrimônio de um povo. (Manifesto da Confederação Abolicionista, José do Patrocínio, 1883, p.20)

4 CONCLUSÃO

A escravidão haveria de ser permanentemente abolida no Brasil em 13 de maio de 1888, por ocasião da assinatura da Lei Áurea, durante a terceira e última regência da princesa Isabel Cristina Leopoldina.

Infelizmente, os nomes de Abílio Borges, Joaquim Nabuco, Castro Alves, André Rebouças e José do Patrocínio são pouco conhecidos e, por vezes, esquecidos em temáticas abolicionistas. O ativismo de Rebouças, por meio de seu lobby, foi fundamental para o crescimento e divulgação da causa abolicionista, fundamentalmente, entre personagens influentes que possuíam poder de decisão política. Outrossim, o ativismo de José do Patrocínio, ousado e espalhafatoso, que articulou a união de associações abolicionistas e viabilizou a abolição na província do Ceará, cinco anos antes da Áurea. A pena de Isabel, sem dúvida, foi levantada graças a coragem e perseverança desses personagens que não se deixaram intimidar pela instituição mais vexosa de nossa história, a escravidão.

[Digite aqui]

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, Angela. Flores votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

TRINDADE, Alexandro Dantas. André Rebouças: um engenheiro do Império. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2011.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. O quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ-UCAM, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a política imperial. Teatro das sombras: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

PEREIRA, Magda Maria. Da eloquência condoreira à luta abolicionista na poesia de Castro Alves. Revista Acadêmica Multidisciplinar da Faculdade do Noroeste de Minas. Vol 3. n.3/2009.

RUMÃO. Luciana Neves. Memória e esquecimento: André Rebouças para o movimento negro brasileiro. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

SCHNEIDER. Alberto Luiz. Machado de Assis e Silvio Romero: escravismo, “raça” e cientificismo em tempos de campanha abolicionista (década de 1880). Almanack, Guarulhos, nº18. Abril.2018.

PATROCÍNIO. José do. Manifesto da Confederação abolicionista do Rio de Janeiro. Typ. Da Gazeta da Tarde: Rio de Janeiro: 1883.

Jornal Gazeta da Tarde do Rio de Janeiro - 1883